



Padrões de desenvolvimento industrial na obra de Sweezy e Baran

Palavras-Chave:monopolização, imperialismo, desenvolvimento industrial.

Autores/as:

Angelo Laurencini Olimpieri Schutte [Unicamp].

Prof. Dr. Carlos Alberto Cordovano Vieira (orientador) [Unicamp].

Órgão de financiamento: CNPq.

Área: economia política.

INTRODUÇÃO:

O projeto tinha como objetivo contextualizar e compreender as contribuições teóricas dos autores Paul A. Baran e Paul M. Sweezy, focalizado nas obras *Teoria do Desenvolvimento Capitalista* (SWEETZY, 1986), *A Economia Política do Desenvolvimento* (BARAN, 1977) e *Capitalismo Monopolista* (BARAN, et al., 1966). Profundamente descontentes com o estado da reflexão econômica e social da época, os autores buscaram formular um novo arcabouço teórico explicativo, capaz de apreender as trajetórias de desenvolvimento do capitalismo no centro e na periferia.

METODOLOGIA:

A metodologia proposta foi a leitura de textos considerados relevantes para compreender as obras em questão. Depois, buscou-se realizar uma leitura mais informada dos textos centrais. Por fim, realizou-se a redação dos relatórios e dos materiais para o congresso.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Contexto histórico

Quanto ao capitalismo central, a principal mudança a ser apreendida para os autores era a mudança no padrão de concorrência. Por mais que já na obra de Marx a tendência à monopolização estivesse indicada, seu modelo era essencialmente um modelo de capitalismo concorrencial. Particularmente, os textos marxistas originais não haviam satisfatoriamente explicado os efeitos dessa transformação sobre a acumulação. Esse deveria ser o ponto de partida para a discussão do problema do desemprego e da estagnação. Além disso, muitos fenômenos que haviam sido julgados de importância secundária tornavam-se cada vez mais relevantes na época em que escreviam. Desses, os autores se preocuparam principalmente com a ascensão de uma nova classe média, composta por indivíduos envolvidos em promover vendas e manter a estrutura das

grandes empresas, e os novos papéis do Estado, que combinavam políticas de manutenção de emprego e gastos militares.

Nos países periféricos, a questão a ser enfrentada era a reprodução da condição subdesenvolvida. A teorização marxista original sobre o imperialismo havia se preocupado principalmente com os condicionantes internos dessa política, e de forma implícita parecia endossar a ideia de que o capitalismo levaria ao desenvolvimento das áreas atrasadas. A crescente desigualdade no sistema econômico mundial e perpetuação da pobreza em muitas regiões, porém, demandava uma nova reflexão. Esse era especialmente o caso em um momento em que muitas antigas colônias conquistaram sua independência, mas foram subordinadas a novas formas de dominação. Juntando-se às outras nações subdesenvolvidas formalmente independentes, a questão de que rumo deveria ser tomado preocupava muitos teóricos, tanto no centro, como na periferia, especialmente sobre o prospecto de que elas poderiam aderir ao bloco socialista. De fato, para Baran e Sweezy, uma vez que era a dominação externa, aliada a estrutura interna retrógrada que mantinha a situação de subdesenvolvimento, uma revolução socialista seria a única saída.

Excedente econômico e desenvolvimento

Em *A Economia Política do Desenvolvimento*, Baran lançou as bases para uma nova teorização do desenvolvimento econômico, que pudesse explicar o movimento de diferentes padrões históricos. Sucintamente, o autor define o desenvolvimento como “(...) um aumento, ao longo do tempo, da produção *per capita* de bens materiais” (BARAN, 1977, pp. 69). Esse aumento seria viabilizado pelo investimento líquido de recursos. Portanto, o pré-requisito era que a sociedade possuísse uma margem entre sua produção e o consumo corrente e a depreciação. Essa é a primeira conceituação de excedente (excedente efetivo), que corresponde ao volume efetivamente poupado, e investido. Por outro lado, o segundo conceito, excedente potencial, referia-se à “(...) diferença entre o produto social que *poderia* ser obtido em um dado meio natural e tecnológico (...) e o que pode se considerar como consumo indispensável” (BARAN, 1977, pp.75). A diferença entre os dois corresponderia ao produto perdido devido aos desperdícios em consumo conspícuo, trabalho improdutivo, irracionalidades e subemprego de capacidade.



Figura 1: Paul A. Baran

Fonte: <https://monthlyreview.org/baran-sweezy-memorial-award/>

Para Baran, a produção e utilização do excedente definiam o caráter progressivo ou regressivo de uma formação social. Seu padrão de comparação era o capitalismo concorrencial, na época uma força progressiva, com base no qual foram formuladas as “condições clássicas de desenvolvimento”. A obtenção de maior produto social possível e canalização da maior parte desse para o excedente garantiriam a plena disponibilidade desse fundo. Essas eram garantidas pela concorrência constante e o baixo nível de vida das massas, além da paulatina eliminação das classes ociosas (nobreza, clero, trabalhadores improdutivos). As outras garantiam o emprego produtivo desse excedente. A canalização do excedente para investimento se deveria a impulsos econômicos (a competição) e sociológicos à parcimônia da burguesia. Além disso, a atuação da firma competitiva, sobre as condições de concorrência constante, não poderia estar sujeita a considerações ulteriores, e garantia que os investimentos sempre encontrariam canais de realização.



Figura 2: Paul M. Sweezy

Fonte: <https://monthlyreview.org/baran-sweezy-memorial-award/>

Nesse livro, a crítica ao capitalismo monopolista no centro se dá principalmente como um contraste a essas condições. Particularmente, destaca-se a mudança decorrente da ascensão das grandes firmas. Devido a sua política de investimentos mais restritiva, a quarta condição não se concretizaria, levando a estagnação e o subemprego de fatores. Esse argumento seria estendido em *Capitalismo Monopolista*. Nele, Baran e Sweezy partem do comportamento da companhia monopolista gigante. Como sua predecessora concorrencial, seu objetivo continuava a obtenção de lucros, ainda que sobre um horizonte temporal maior. A diferença é que, em um mercado oligopolizado, a concorrência por preços teria sido banida. Nesse contexto, a introdução de inovações tecnológicas se daria de forma gradual, ponderando os efeitos sobre a capacidade existente. Apesar disso, conforme essas firmas buscassem diminuir seus custos, o excedente tenderia a crescer.

Porém, ele só seria produzido se pudesse ser absorvido pela demanda por excedente, cujos componentes são agrupados em: consumo capitalista, investimento e desperdício. A variação no consumo dos capitalistas seria limitada pelas políticas estáveis de dividendos das empresas. Por outro lado, sobre a hipótese de que o investimento não

creceria indefinidamente de forma independente ao consumo, esse deveria esbarrar em limites cíclicos, oscilando ao redor de um volume de equilíbrio com capacidade ociosa e pessoas desempregadas. Com a tendência ao excedente crescer, a situação se tornaria mais grave ao longo do tempo.

Perversamente, seriam os gastos em desperdício que afastam a estagnação. O desperdício privado é observado principalmente na forma da campanha de vendas. Banida a competição por preços, outras formas de estímulo à demanda haveriam se tornado mais relevantes, como a propaganda, a diferenciação desnecessária e a obsolescência programada. Esse setor empregaria um grande volume de trabalhadores improdutivos, que consumiriam uma parcela do excedente. Mais do que isso, porém, a produção em si teria sido alterada, de forma que gastos necessários sobre o capitalismo monopolista não o seriam em uma sociedade organizada racionalmente. Somava-se a isso toda estrutura que os autores identificavam como “finanças, seguro e propriedade imobiliária”, também indispensáveis para o funcionamento do sistema, mas improdutiva do ponto de vista racional.

As principais fontes de desperdício, porém, seriam os gastos estatais. Sob o controle da burguesia, o Estado teria limites de atuação estreitos em qualquer setor que infringisse os interesses dessa classe. Assim era para a administração civil, como habitação, saúde e infraestrutura, que poderia representar uma concorrência ao setor privado e ameaçar a estrutura de privilégios sociais. Os gastos militares, porém, representavam um estímulo à iniciativa privada e cumpriam um importante papel geopolítico, da manutenção dos EUA como hegemônico e da luta contra o comunismo na periferia. Nesse último aspecto, o Estado agiria de acordo com os interesses das grandes empresas, promovendo a política imperialista. Para o capital monopolista, a periferia representava um escoadouro de exportações e investimentos mais rentáveis, e, se mantida a exclusividade de mercados e matérias primas, uma importante arma na concorrência global. Portanto, manter seus mercados abertos, nos termos vantajosos impostos, era de importância crucial.

A política imperialista conectava, para os autores, a análise do capitalismo no centro e na periferia. Em *Economia Política do Desenvolvimento*, Baran traçou as origens do subdesenvolvimento à expansão inicial do capitalismo central. Ao mesmo tempo em que desmontava as estruturas tradicionais de vida, a drenagem colonial do excedente da periferia impedia que a transição ao capitalismo se consumisse. Assim teriam nascido regimes híbridos, com elementos feudais e mercantis.

Novamente contrastando às condições clássicas de desenvolvimento, por mais que o baixo padrão de vida da população garantisse que o excedente representasse uma parcela significativa da renda, seu emprego era amplamente improdutivo. Grande parte era absorvida pela classe aristocrática, que o despendia em consumo de luxo. Outra, pela classe mercantil de intermediários, que não contribuía nada a produção e também não investia produtivamente. O capital nacional, limitado pela estreiteza do mercado, desde início adquiria o caráter monopolista, e estaria, como no centro, propenso à estagnação. E, em conjunto, todos esses agentes estariam comprometidos ao capital estrangeiro, buscando preservar seus privilégios e evitar a inauguração de uma ordem mais progressista.

O Estado, por sua vez, mesmo em regimes formalmente independentes, tenderia a ser guiado pelos interesses das empresas estrangeiras. Mesmo regimes nacionais progressistas, na medida em que mediassem interesses incompatíveis, seriam incapazes de promover uma política efetiva de desenvolvimento. A única saída seria uma revolução socialista. Nessa, ao eliminar os fundos previamente desperdiçados pelas classes dominantes, uma grande parcela do excedente potencial poderia se converter em efetivo. Além disso, guiado por fins racionais, o Estado poderia tomar decisões de forma a garantir o trajeto mais adequado ao desenvolvimento.

CONCLUSÕES:

A obra conjunta de Baran e Sweezy reflete muitas das questões importantes de sua época. Talvez seu principal apelo seja fornecer um esquema capaz de descrever de forma unificada um grande número de fenômenos. Essa mesma amplitude, porém, levou os autores a fazerem algumas generalizações históricas e simplificações conceituais, frequentemente apontadas por críticos. Além disso, por mais que justificada internamente pela teoria, a postura dos autores sempre teve um caráter explicitamente normativo, e, portanto, algumas de suas “previsões” parecem mais datadas do que suas análises retrospectivas.

BIBLIOGRAFIA

BARAN, Paul Alexander; SWEEZY, Paul Marlor. Capitalismo Monopolista: Ensaio Sobre a Ordem Econômica e Social Americana. 1.ed. Rio de Janeiro : Zahar Editores, 1966.

BARAN, Paul Alexander. A Economia Política do Desenvolvimento. 4.ed. Rio de Janeiro : Zahar Editores, 1977.

Monthly Review | The Paul A. Baran—Paul M. Sweezy Memorial Award. Monthly Review. Disponível em: <<https://monthlyreview.org/baran-sweezy-memorial-award/>>. Acesso em: 19 ago. 2021.

SWEEZY, Paul Marlor. Teoria do Desenvolvimento Capitalista: Princípios de Economia Política Marxista. 2.ed. São Paulo : Nova Cultural, 1986.